



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (COREC)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO
EDITAL Nº 1 – PF – ADMINISTRATIVO, DE 25 DE ABRIL DE 2025
Aplicação: 29/06/2025

CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

094_PF_CB1_01

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Obs.: (X) item anulado.

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	C	E	E	E	C	E	C	E	C	C	C	C	C	E	E	C	C	E	E	E
Item	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Gabarito	C	C	C	C	E	E	E	C	E	E	E	C	E	C	E	E	X	E	C	E
Item	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										
Gabarito	C	C	C	E	C	C	E	E	E	C										

PCI Concursos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (COREC)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO
EDITAL Nº 1 – PF – ADMINISTRATIVO, DE 25 DE ABRIL DE 2025

Aplicação: 29/06/2025

CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO DE NÍVEL MÉDIO

094_PF_CB2_01

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Obs.: (X) item anulado.

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	E	C	C	E	E	E	C	E	E	E	C	E	E	C	C	C	E	E	C	E
Item	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Gabarito	C	E	E	C	E	C	C	E	E	C	E	C	C	C	E	C	C	C	E	E
Item	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										
Gabarito	C	E	E	C	C	C	C	E	E	E										

PCI Concursos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (COREC)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO
EDITAL Nº 1 – PF – ADMINISTRATIVO, DE 25 DE ABRIL DE 2025

Aplicação: 29/06/2025

CARGO 1: ADMINISTRADOR

094_PF_001_01

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Obs.: (X) item anulado.

Item	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Gabarito	C	C	E	C	E	E	E	C	C	E	C	C	C	E	C	E	C	E	C	X
Item	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	E	E	E	E	C	C	C	E	E	C	C	E	E	E	C	C	E	C	C	E
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
Gabarito	E	E	C	C	C	E	E	C	E	C	E	E	C	E	E	C	E	C	C	E
Item	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120										
Gabarito	C	E	C	C	E	E	E	E	C	C										

PCI Concursos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (COREC)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO
EDITAL Nº 1 – PF – ADMINISTRATIVO, DE 25 DE ABRIL DE 2025

Aplicação: 29/06/2025

CARGO 2: ASSISTENTE SOCIAL

094_PF_002_01

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Obs.: (X) item anulado.

Item	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Gabarito	X	E	C	C	C	X	C	E	E	C	C	E	C	E	E	C	E	C	E	E
Item	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	E	C	E	C	C	E	C	E	E	E	E	E	C	C	E	X	E	C	C	C
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
Gabarito	E	C	C	E	C	E	E	C	E	C	E	E	C	C	C	C	C	E	C	E
Item	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120										
Gabarito	C	C	C	E	C	C	C	C	E	E										



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (COREC)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO
EDITAL Nº 1 – PF – ADMINISTRATIVO, DE 25 DE ABRIL DE 2025

Aplicação: 29/06/2025

CARGO 3: CONTADOR

094_PF_003_01

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Obs.: (X) item anulado.

Item	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Gabarito	C	E	C	C	E	C	E	C	E	E	E	C	E	C	E	C	E	E	C	C
Item	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	E	C	C	E	E	C	C	C	E	C	E	E	E	C	E	C	C	E	E	C
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
Gabarito	X	E	E	C	E	C	C	C	E	C	E	C	E	C	E	C	E	E	E	C
Item	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120										
Gabarito	E	E	C	E	C	C	C	E	C	C										

PCI Concursos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (COREC)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO
EDITAL Nº 1 – PF – ADMINISTRATIVO, DE 25 DE ABRIL DE 2025

Aplicação: 29/06/2025

CARGO 4: ENFERMEIRO

094_PF_004_01

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Obs.: (X) item anulado.

Item	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Gabarito	C	X	C	C	E	C	X	E	C	C	C	C	E	C	E	E	C	C	E	E
Item	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	E	C	C	E	C	E	C	C	E	C	E	E	E	C	E	E	E	C	E	X
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
Gabarito	C	X	E	C	C	E	C	C	C	C	E	C	C	E	E	E	E	C	C	C
Item	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120										
Gabarito	E	C	E	C	E	C	E	C	E	E										

PCI Concursos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (COREC)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO
EDITAL Nº 1 – PF – ADMINISTRATIVO, DE 25 DE ABRIL DE 2025

Aplicação: 29/06/2025

CARGO 5: ESTATÍSTICO

094_PF_005_01

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Obs.: (X) item anulado.

Item	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Gabarito	E	E	E	C	C	C	C	C	E	C	E	E	E	C	C	C	X	E	E	C
Item	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	E	E	C	C	E	E	C	C	E	E	C	X	E	E	X	E	C	E	E	C
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
Gabarito	E	C	C	E	C	E	E	E	C	E	E	C	C	E	C	X	E	E	E	E
Item	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120										
Gabarito	C	C	C	C	C	E	E	C	E	E										

PCI Concursos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (COREC)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO
EDITAL Nº 1 – PF – ADMINISTRATIVO, DE 25 DE ABRIL DE 2025

Aplicação: 29/06/2025

CARGO 6: FARMACÊUTICO

094_PF_006_01

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Obs.: (X) item anulado.

Item	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Gabarito	C	E	E	C	E	C	C	C	E	C	E	C	E	C	E	E	E	E	C	C
Item	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	E	C	E	C	C	C	C	E	E	E	E	X	E	E	E	C	E	E	C	E
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
Gabarito	C	E	E	C	C	C	E	E	C	E	C	E	C	C	C	E	C	C	E	E
Item	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120										
Gabarito	X	C	E	E	E	C	C	E	C	X										

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (COREC)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO
EDITAL Nº 1 – PF – ADMINISTRATIVO, DE 25 DE ABRIL DE 2025

Aplicação: 29/06/2025

CARGO 7: MÉDICO CLÍNICO

094_PF_007_01

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Obs.: (X) item anulado.

Item	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Gabarito	E	C	E	E	C	C	E	E	C	C	E	E	C	C	X	E	E	C	E	E
Item	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	C	E	C	C	C	C	E	E	C	E	E	C	C	E	E	C	E	E	C	E
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
Gabarito	X	C	C	C	E	C	E	C	E	E	E	C	C	E	C	C	E	E	C	C
Item	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120										
Gabarito	C	E	E	C	C	C	E	C	C	E										

PCI Concursos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (COREC)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO
EDITAL Nº 1 – PF – ADMINISTRATIVO, DE 25 DE ABRIL DE 2025

Aplicação: 29/06/2025

CARGO 8: MÉDICO ORTOPEDISTA

094_PF_008_01

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Obs.: (X) item anulado.

Item	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Gabarito	X	E	C	C	C	C	E	X	E	E	C	C	E	C	E	C	E	E	C	C
Item	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	E	E	X	E	C	C	C	E	E	C	E	E	C	C	E	C	E	E	E	C
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
Gabarito	E	C	E	C	C	C	E	E	C	C	E	E	E	C	E	E	C	C	E	C
Item	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120										
Gabarito	C	E	C	E	E	E	C	E	C	C										

PCI Concursos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (COREC)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO
EDITAL Nº 1 – PF – ADMINISTRATIVO, DE 25 DE ABRIL DE 2025

Aplicação: 29/06/2025

CARGO 9: MÉDICO PSIQUIATRA

094_PF_009_01

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Obs.: (X) item anulado.

Item	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Gabarito	E	C	C	E	C	C	E	E	C	E	E	C	E	C	E	E	E	E	C	C
Item	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	E	C	E	E	C	E	C	E	C	C	E	C	C	C	E	E	E	E	C	E
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
Gabarito	E	E	C	E	E	C	E	E	C	C	C	E	C	E	C	E	C	C	E	C
Item	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120										
Gabarito	E	C	E	C	E	E	E	C	C	C										

PCI Concursos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (COREC)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO
EDITAL Nº 1 – PF – ADMINISTRATIVO, DE 25 DE ABRIL DE 2025

Aplicação: 29/06/2025

CARGO 10: NUTRICIONISTA

094_PF_010_01

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Obs.: (X) item anulado.

Item	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Gabarito	C	E	X	E	E	C	C	E	C	C	E	C	E	C	E	C	C	C	E	C
Item	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	C	E	E	C	E	E	C	C	C	E	E	E	E	E	E	C	C	E	C	C
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
Gabarito	C	C	E	C	E	E	C	C	E	E	C	C	E	C	C	E	E	E	E	X
Item	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120										
Gabarito	E	C	E	C	E	E	C	X	E	E										

PCI Concursos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (COREC)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO
EDITAL Nº 1 – PF – ADMINISTRATIVO, DE 25 DE ABRIL DE 2025

Aplicação: 29/06/2025

CARGO 11: PSICÓLOGO CLÍNICO

094_PF_011_01

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Obs.: (X) item anulado.

Item	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Gabarito	E	C	E	E	C	C	E	E	E	C	C	C	E	C	C	X	C	C	E	E
Item	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	X	C	E	E	C	C	E	E	C	E	E	E	C	C	C	E	C	E	E	E
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
Gabarito	C	C	E	E	E	C	E	C	C	C	C	C	E	E	E	C	E	C	C	E
Item	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120										
Gabarito	C	E	C	E	E	C	E	C	C	E										

PCI Concursos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (COREC)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO
EDITAL Nº 1 – PF – ADMINISTRATIVO, DE 25 DE ABRIL DE 2025
Aplicação: 29/06/2025

CARGO 12: PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL

094_PF_012_01

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Obs.: (X) item anulado.

Item	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Gabarito	C	E	E	E	C	C	C	E	C	C	C	E	C	C	E	E	E	E	E	E
Item	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	C	E	C	C	E	C	C	E	E	C	C	E	C	E	C	E	E	E	C	E
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
Gabarito	C	X	X	C	E	E	C	C	C	C	E	E	C	C	E	E	C	E	E	C
Item	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120										
Gabarito	C	C	E	E	C	C	E	E	C	C										

PCI Concursos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (COREC)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO
EDITAL Nº 1 – PF – ADMINISTRATIVO, DE 25 DE ABRIL DE 2025
Aplicação: 29/06/2025

CARGO 13: TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – ÁREA: PEDAGOGIA

094_PF_013_01

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Obs.: (X) item anulado.

Item	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Gabarito	E	X	C	E	C	C	E	E	C	C	C	E	E	C	E	E	C	E	C	E
Item	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	C	C	C	C	C	X	E	E	C	E	C	E	E	E	C	C	C	C	X	C
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
Gabarito	E	C	E	C	E	E	C	C	E	E	C	E	E	C	E	C	C	E	C	E
Item	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120										
Gabarito	E	E	E	E	C	C	E	X	E	C										

PCI Concursos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (COREC)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO
EDITAL Nº 1 – PF – ADMINISTRATIVO, DE 25 DE ABRIL DE 2025
Aplicação: 29/06/2025

CARGO 14: TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

094_PF_014_01

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Obs.: (X) item anulado.

Item	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Gabarito	E	C	E	C	E	C	C	C	E	E	E	C	C	E	C	C	C	E	E	E
Item	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	C	X	E	C	C	E	E	C	C	C	E	C	C	C	X	C	E	X	E	C
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
Gabarito	E	C	E	C	C	C	E	C	C	C	E	E	C	C	C	E	E	E	C	E
Item	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120										
Gabarito	C	E	C	E	C	C	E	E	X	C										

PCI Concursos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)
POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (COREC)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO
EDITAL Nº 1 – PF – ADMINISTRATIVO, DE 25 DE ABRIL DE 2025

Aplicação: 29/06/2025

CARGO 15: AGENTE ADMINISTRATIVO

094_PF_015_01

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Obs.: (X) item anulado.

Item	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Gabarito	C	C	E	E	E	C	E	C	C	E	C	C	E	E	C	C	E	E	C	C
Item	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	C	E	E	E	C	C	C	E	C	C	E	C	E	E	E	C	E	C	E	E
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
Gabarito	E	E	C	C	C	X	X	E	E	C	E	E	E	C	C	C	C	E	C	C
Item	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120										
Gabarito	E	C	C	C	E	E	E	C	E	C										

PCI Concursos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP) - POLÍCIA FEDERAL

CARGO 1: ADMINISTRADOR

Prova Discursiva

Aplicação: 29/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Conforme a Lei n.º 14.133/2021:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

- I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
- III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
- IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no **caput** deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

Entre as modalidades de licitação, estão: pregão – modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto; concorrência – modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: menor preço, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior retorno econômico, maior desconto; concurso – modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor; leilão – modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance; diálogo competitivo – modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a administração pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentarem proposta final após o encerramento dos diálogos.

O processo de contratação direta compreende a inexigibilidade e a dispensa de licitação, que são casos que permitem à administração pública contratar sem a realização do procedimento licitatório (art. 72 da Lei n.º 14.133/2021). A inexigibilidade está voltada para os casos em que há inviabilidade da competição. A inexigibilidade está pautada na ausência de um dos pressupostos da licitação, são eles: lógico, jurídico e fático. A ausência de qualquer deles torna o procedimento licitatório inexigível e as hipóteses de inexigibilidades previstas pela lei são exemplificativas (art. 74 da Lei n.º 14.133/2021). Na dispensa de licitação, a competição é possível, no entanto, a lei prevê que é desnecessária a sua realização. A lei fixa taxativamente as hipóteses de dispensa de licitação. A licitação será dispensável em razão de pequeno valor, em razão de situações excepcionais, em razão do objeto e em razão da pessoa (art. 75 da Lei n.º 14.133/2021).

O licitante ou contratado poderá ser responsabilizado de maneira administrativa ao realizar uma das seguintes infrações: dar causa à inexecução parcial do contrato; dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; ~~deixar de entregar a documentação exigida para o certame;~~ **não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; **apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; **comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013 (art. 155 da Lei n.º 14.133/2021).

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1

Conceito 0 – Não discorreu sobre os objetivos do processo licitatório ou o fez de maneira equivocada.

Conceito 1 – Discorreu sobre os objetivos do processo licitatório de maneira superficial e incompleta.

Conceito 2 – Discorreu sobre os objetivos do processo licitatório de maneira satisfatória.

Quesito 2.2

Conceito 0 – Não discorreu sobre as modalidades de licitação.

Conceito 1 – Descreveu corretamente apenas uma modalidade de licitação.

Conceito 2 – Descreveu corretamente duas modalidades de licitação.

Conceito 3 – Descreveu corretamente três modalidades de licitação.

Quesito 2.3

Conceito 0 – Não discorreu sobre a contratação direta e deixou de descrever os casos previstos em lei, ou o fez de maneira totalmente incorreta.

Conceito 1 – Discorreu sobre a contratação direta, mas não abordou os casos previstos em lei.

Conceito 2 – Discorreu sobre a contratação direta e abordou corretamente apenas uma das duas possibilidades de contratação direta ou abordou as duas possibilidades, mas o fez de maneira incorreta em relação a uma delas.

Conceito 3 – Discorreu sobre a contratação direta, abordando de maneira correta as duas possibilidades de contratação direta.

Quesito 2.4

Conceito 0 – Não citou nenhuma infração.

Conceito 1 – Citou apenas uma infração.

Conceito 2 – Citou apenas duas infrações.

Conceito 3 – Citou três ou mais infrações.

PCI Concursos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP) - POLÍCIA FEDERAL

CARGO 2: ASSISTENTE SOCIAL

Prova Discursiva

Aplicação: 29/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1) As pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) têm seus direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo Estatuto do Idoso, conforme a faixa etária. A Lei Berenice Piana (Lei n.º 12.764/2012) criou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, assegurando diagnóstico precoce, tratamento, terapias, acesso à educação, proteção social, trabalho e igualdade de oportunidades. No § 2.º do art. 1.º, essa Lei também reconhece o TEA como deficiência, permitindo sua inclusão nas leis específicas, como a Lei da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 7.853/1989 e alterações). Essas legislações visam garantir direitos e facilitar a inclusão social das pessoas com TEA em diferentes aspectos da vida. Os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista estão expressamente previstos no artigo 3.º da citada Lei n.º 12.764/2012. Entre esses direitos, destaca-se o direito à vida digna, à integridade física e moral, ao livre desenvolvimento da personalidade, à segurança e ao lazer. Além disso, a pessoa com TEA tem o direito à proteção contra qualquer forma de abuso e exploração, garantidas sua integridade e segurança. No âmbito da saúde, ela deve ter acesso a ações e serviços que atendam às suas necessidades de forma integral, incluídos o diagnóstico precoce, mesmo que ainda não definitivo, o atendimento multiprofissional, a nutrição adequada e a terapia nutricional, os medicamentos e as informações que auxiliem no diagnóstico e tratamento. Quanto à educação, a pessoa com TEA tem direito ao acesso à educação e ao ensino profissionalizante, bem como à moradia, incluindo residências protegidas, ao mercado de trabalho, à previdência social e à assistência social.

A legislação também prevê, em casos de necessidade comprovada, o direito de a pessoa com TEA, que esteja incluída em classes comuns de ensino regular, contar com um acompanhante especializado para garantir seu pleno desenvolvimento e participação. Quanto à nutrição, ela deve ser adequada e realizada por profissionais de saúde habilitados, seguindo protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas estabelecidas pela autoridade competente.

Por fim, a criação da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea) tem como objetivo garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no acesso a serviços públicos e privados, especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social. Essa carteira é uma ferramenta importante para assegurar os direitos e facilitar o acesso às políticas públicas para as pessoas com TEA.

A Lei n.º 12.764/2012 estabelece o seguinte.

Art. 3.º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I – a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II – a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III – o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos;

e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV – o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho;

d) à previdência social e à assistência social.

(...)

Art. 3º-A. É criada a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social. (Incluído pela Lei n.º 13.977/2020)

No entanto, no que se refere às legislações que garantem direitos para as pessoas com TEA, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei n.º 13.146/2015, também contempla esse grupo, uma vez que os equipara a pessoa com deficiência no que diz respeito aos direitos legais, conforme a Lei n.º 12.764/2012, em seu artigo 1º, parágrafo 2º: “a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais”.

Dessa forma, considera-se o Estatuto da Pessoa com Deficiência, também conhecido como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), como legislação que versa sobre direitos das pessoas com TEA.

2) As pessoas com transtorno do espectro autista têm direito a benefícios de transferência de renda, especialmente por meio do benefício de prestação continuada (BPC), previsto na Lei n.º 8.742/1993, conhecida como LOAS. Esse benefício é destinado às pessoas com deficiência de qualquer idade que comprovem não possuir meios de sustento próprio ou de suas famílias, garantindo uma renda mínima para assegurar suas necessidades básicas. No caso das pessoas com TEA, consideradas pessoas com deficiência, para todos os efeitos legais, pela Lei n.º 12.764/2012, esse benefício é uma importante ferramenta de proteção social, pois reconhece a deficiência e busca promover a inclusão e o bem-estar dessas pessoas. **Conforme a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei n.º 8.742/1993, artigo 20 –, o benefício mencionado é devido em observação ao parágrafo seguinte: “§ 3º Observados os demais critérios de elegibilidade definidos nesta Lei, terão direito ao benefício financeiro de que trata o caput deste artigo a pessoa com deficiência ou a pessoa idosa com renda familiar mensal *per capita* igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo”.**

Para ter direito ao BPC, é necessário cumprir algumas condicionalidades. Primeiramente, é preciso passar por uma avaliação social e médica que comprove a deficiência, nesse caso, o transtorno do espectro autista, e sua incapacidade de exercer atividades que garantam sua subsistência. Além disso, há critérios de renda: a renda familiar *per capita* deve ser inferior a 1/4 do salário mínimo vigente, ou seja, a renda total da família dividida pelo número de membros deve estar abaixo desse limite. Essa condição visa assegurar que o benefício seja destinado às famílias em situação de maior vulnerabilidade social.

Outro aspecto importante é que o benefício não é vitalício; ele deve ser revisado periodicamente para verificar se as condições que justificaram sua concessão continuam presentes. Além disso, o acesso ao benefício exige a apresentação de documentação comprobatória e o cumprimento de procedimentos administrativos junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Portanto, as pessoas com transtorno do espectro autista têm direito ao benefício de transferência de renda desde que atendam aos critérios de avaliação médica, social e de renda estabelecidos pela legislação. Essa medida é fundamental para promover a inclusão social, garantir dignidade e oferecer suporte às famílias que cuidam de pessoas com TEA.

Sobre os direitos garantidos por lei e o acesso a políticas sociais, destacam-se:

- **Direito à educação:** a pessoa com TEA tem direito à educação inclusiva em todos os níveis, todas as modalidades e as etapas, com garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem. As escolas devem oferecer atendimento educacional especializado, o que inclui recursos de tecnologia assistiva e profissionais de apoio, quando necessário. A LBI reforça a inclusão escolar e proíbe qualquer forma de discriminação.

- **Direito à saúde:** a legislação garante à pessoa com TEA o direito ao atendimento prioritário, à reabilitação pelo SUS e ao tratamento multidisciplinar, conforme a necessidade individual.

Em relação às políticas sociais, a população com TEA tem acesso às políticas de ações afirmativas, como, por exemplo, as cotas, que determinam percentual mínimo de vagas em concursos públicos e em universidades públicas. Outro elemento, legalmente reconhecido e em constante expansão de uso, é o cordão de quebra-cabeça, que faz parte do arcabouço de políticas sociais voltadas para garantir a dignidade e os direitos das pessoas com TEA.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Direitos da pessoa com TEA garantidos por lei e alguma política social a que essa população deve ter acesso

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Discorreu corretamente sobre apenas um direito da pessoa com TEA garantido por lei, sem mencionar uma política social a que ela deve ter acesso.

Conceito 2 – Discorreu corretamente sobre apenas um direito da pessoa com TEA garantidos por lei ou mencionou uma política social.

Conceito 3 – Discorreu corretamente sobre apenas um direito das pessoas com TEA garantidos por lei e mencionou uma política social.

Conceito 4 – Discorreu corretamente sobre dois ou mais direitos das pessoas com TEA garantidos por lei e mencionou uma política social.

Quesito 2.2 – Benefício de transferência de renda para a pessoa com TEA e suas condicionalidades

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou corretamente e de forma completa apenas um dos seguintes aspectos: (i) benefício de prestação continuada; (ii) menção à Lei n.º 8.742/1993 (LOAS); (iii) menção à Lei n.º 12.764/2012, que equipara, para efeitos legais, pessoa com TEA a pessoa com deficiência; (iv) condicionante de comprovação da incapacidade de subsistência; (v) critérios de renda; (vi) revisão periódica do benefício; (vii) comprovação e procedimentos administrativos junto ao INSS.

Conceito 2 – Abordou corretamente e de forma completa apenas dois dos aspectos anteriormente enumerados.

Conceito 3 – Abordou corretamente e de forma completa apenas três dos aspectos enumerados.

Conceito 4 – Abordou corretamente e de forma completa apenas quatro dos aspectos enumerados.

Conceito 5 – Abordou corretamente e de forma completa apenas cinco dos aspectos enumerados.

Conceito 6 – Abordou corretamente e de forma completa apenas seis dos aspectos enumerados.

Conceito 7 – Abordou os sete aspectos enumerados, mas o fez de forma parcialmente correta ou de forma incompleta.

Conceito 8 – Abordou corretamente e de forma completa os sete aspectos enumerados.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP) - POLÍCIA FEDERAL

CARGO 3: CONTADOR

Prova Discursiva

Aplicação: 29/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

As regras de integridade do Plano de Contas Aplicado ao setor Público (PCASP) se referem a quatro aspectos: lançamentos contábeis; pagamento e recebimento; desenvolvimento de equações contábeis; e consistência dos registros e saldos de contas. Dessas quatro regras, o candidato deverá explicar três, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Lançamentos contábeis: o registro contábil deve ser feito pelo método das partidas dobradas, e os lançamentos devem debitar e creditar contas que apresentem a mesma natureza de informação. Assim, os lançamentos estarão fechados dentro das classes 1 a 4 ou das classes 5 e 6 ou das classes 7 e 8: **(a)** lançamentos de natureza patrimonial — apenas debitam e creditam contas das classes 1, 2, 3 e 4; **(b)** lançamentos de natureza orçamentária: apenas debitam e creditam contas das classes 5 e 6; **(c)** lançamentos de natureza de controle — apenas debitam e creditam contas das classes 7 e 8.

Pagamento e recebimento: a natureza de informação patrimonial contempla os registros financeiros e patrimoniais. Assim, uma atenção especial deve ser dada aos fatos financeiros que tenham como contrapartida uma conta que possua o atributo Permanente (P), ou seja, que dependam de autorização legislativa para a sua realização ou liquidação. Dessa forma, como regra de integridade, deve-se observar que as contas com o atributo Permanente (P) apenas poderão ser movimentadas em contrapartida a: **(a)** conta de variação patrimonial aumentativa (VPA); **(b)** conta de variação patrimonial diminutiva (VPD); **(c)** outra conta marcada com o atributo Permanente (P), para reclassificação do ativo ou do passivo; e **(d)** conta marcada com o atributo Financeiro (F), para troca do atributo, exclusivamente quando houver a respectiva execução orçamentária da despesa; **(e)** conta marcada com o atributo Financeiro (F), exclusivamente quando houver a respectiva execução orçamentária da receita.

Desenvolvimento de equações contábeis: além das regras acima, algumas equações podem ser utilizadas para fins de conferência e validação das informações geradas: **(a)** conferência de saldos das contas de natureza patrimonial; **(b)** conferência de saldos das contas de passivo financeiro e de execução orçamentária; **(c)** conferência de saldos das contas de disponibilidade de recursos; **(d)** conferência da fixação da despesa orçamentária.

Consistência dos registros e saldos de contas: cada unidade que realize a gestão de recursos públicos deverá ser responsável pelo acompanhamento, pela análise e pela consistência dos registros e saldos das contas contábeis, bem como os reflexos causados nos respectivos demonstrativos. A análise pode ser realizada, também, por meio do balancete, conforme exemplos a seguir: análise dos saldos invertidos; classificação inadequada de receitas e despesas; utilização indevida de contas contábeis, saldos irrisórios ou residuais; e existência de saldos em contas contábeis descritas como “outros(as)”.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1

Conceito 0 – Não citou corretamente nenhuma das regras do PCASP.

Conceito 1 – Citou corretamente apenas uma regra de integridade do PCASP.

Conceito 2 – Citou corretamente apenas duas regras de integridade do PCASP.

Conceito 3 – Citou corretamente apenas três regras de integridade do PCASP.

Conceito 4 – Citou corretamente as quatro regras de integridade do PCASP.

Quesito 2.2

Conceito 0 – Não explicou corretamente o funcionamento de nenhuma regra de integridade do PCASP.

Conceito 1 – Explicou corretamente o funcionamento de apenas uma regra de integridade do PCASP.

Conceito 2 – Explicou corretamente o funcionamento de apenas duas regras de integridade do PCASP.

Conceito 3 – Explicou corretamente o funcionamento de três regras de integridade do PCASP.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP) - POLÍCIA FEDERAL

CARGO 4: ENFERMEIRO

Prova Discursiva

Aplicação: 29/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

☒ A atual Resolução n.º 736/2024, do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), determina que o processo de enfermagem (PE) deve ser realizado ~~de modo deliberado e sistemático~~, em todo contexto socioambiental em que ocorre o cuidado de enfermagem, **de modo deliberado e sistemático**. O PE deve estar fundamentado em suporte teórico, que pode estar associado entre si, como teorias e modelos de cuidado, sistemas de linguagens padronizadas, instrumentos de avaliação de predição de risco validados, protocolos baseados em evidências e outros conhecimentos correlatos, como estruturas teóricas conceituais e operacionais que fornecem propriedades descritivas, explicativas, preditivas e prescritivas que lhe servem de base.

O PE organiza-se em cinco etapas inter-relacionadas, interdependentes, recorrentes e cíclicas, descritas a seguir, das quais o candidato deverá ~~estar~~ **discorrer sobre** três.

- i) **Avaliação de enfermagem** – compreende a coleta de dados subjetivos (entrevista) e objetivos (exame físico) inicial e contínua pertinentes à saúde da pessoa, da família, da coletividade e de grupos especiais, realizada mediante auxílio de técnicas (laboratorial e de imagem, testes clínicos, escalas de avaliação validadas, protocolos institucionais e outros) para a obtenção de informações sobre as necessidades do cuidado de enfermagem e saúde relevantes para a prática;
- ii) **Diagnóstico de enfermagem** – compreende a identificação de problemas existentes, condições de vulnerabilidades ou disposições para melhorar comportamentos de saúde. Estes representam o julgamento clínico das informações obtidas sobre as necessidades do cuidado de enfermagem e a saúde da pessoa, da família, da coletividade ou de grupos especiais;
- iii) **Planejamento de enfermagem** – compreende o desenvolvimento de um plano assistencial direcionado para a pessoa, a família, a coletividade e os grupos especiais, bem como compartilhado com os sujeitos do cuidado e a equipe de enfermagem e saúde. Deverá envolver: a) priorização de diagnósticos de enfermagem; b) determinação de resultados (quantitativos e/ou qualitativos) esperado e exequíveis de enfermagem e de saúde; c) tomada de decisão terapêutica, declarada pela prescrição de enfermagem das intervenções, das ações/atividades e dos protocolos assistenciais;
- iv) **Implementação de enfermagem** – compreende a realização das intervenções, das ações e das atividades previstas no planejamento assistencial, pela equipe de enfermagem, respeitando as resoluções/pareceres do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Enfermagem quanto à competência técnica de cada profissional, por meio da colaboração e da comunicação contínua, inclusive com a checagem quanto à execução da prescrição de enfermagem, e apoiados em padrões de cuidados de enfermagem, padrões de cuidados interprofissionais e padrões de cuidados em programas de saúde;
- v) **Evolução de enfermagem** – compreende a avaliação dos resultados alcançados de enfermagem e saúde da pessoa, da família, da coletividade e de grupos especiais. Esta etapa permite a análise e a revisão de todo o processo de enfermagem.

O diagnóstico de enfermagem de potencial de risco é um julgamento clínico a respeito da suscetibilidade de um indivíduo, uma família ou uma comunidade de desenvolver uma resposta humana indesejável a condições de saúde/processos da vida (representando um potencial para deteriorar). **Neste tipo de diagnóstico, não existe característica definidora, ou seja, sinais e sintomas, nem fator relacionado; existe apenas fator de risco, que aumenta a vulnerabilidade e/ou a suscetibilidade do paciente e/ou família e/ou comunidade que possa ser acometida. O foco está na prevenção ou na redução de agravos.**

O diagnóstico de enfermagem de potencial de promoção da saúde é um julgamento clínico a respeito da motivação e do desejo de aumentar o bem-estar e concretizar o potencial de saúde, o que representa um potencial para melhorar. Essas respostas são expressas por uma disposição para melhorar comportamentos de saúde específicos, podendo ser usadas em qualquer estado de saúde. **Visa melhorar a qualidade de vida através da independência do indivíduo, alcançada por meio da participação no processo de decisões e do plano de cuidados traçado conjuntamente.** Em casos em que os indivíduos sejam incapazes de expressar sua própria disposição para melhorar comportamentos de saúde, o enfermeiro pode determinar que existe uma condição para promoção da saúde e agir em benefício do indivíduo.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1

Conceito 0 – Não abordou o quesito.

Conceito 1 – Apresentou corretamente apenas um dos aspectos a seguir: i) processo de enfermagem; ii) uma etapa do processo de enfermagem; iii) duas etapas do processo de enfermagem; iv) três etapas do processo de enfermagem.

Conceito 2 – Apresentou corretamente dois dos aspectos a seguir: i) processo de enfermagem; ii) uma etapa do processo de enfermagem; iii) duas etapas do processo de enfermagem; iv) três etapas do processo de enfermagem.

Conceito 3 – Apresentou corretamente três dos aspectos a seguir: i) processo de enfermagem; ii) uma etapa do processo de enfermagem; iii) duas etapas do processo de enfermagem; iv) três etapas do processo de enfermagem.

Conceito 4 – Apresentou corretamente todos os aspectos a seguir: i) processo de enfermagem; ii) uma etapa do processo de enfermagem; iii) duas etapas do processo de enfermagem; iv) três etapas do processo de enfermagem.

Quesito 2.2

Conceito 0 – Não abordou o quesito.

Conceito 1 – Discorreu de maneira parcialmente correta acerca de apenas um dos aspectos a seguir: i) diagnóstico de enfermagem de potencial de risco e ii) diagnóstico de enfermagem de potencial de promoção a saúde.

Conceito 2 – Discorreu corretamente acerca de apenas um dos aspectos OU de maneira parcialmente correta acerca dos dois aspectos a seguir: i) diagnóstico de enfermagem de potencial de risco e ii) diagnóstico de enfermagem de potencial de promoção a saúde.

Conceito 3 – Discorreu corretamente acerca dos aspectos a seguir: i) diagnóstico de enfermagem de potencial de risco e ii) diagnóstico de enfermagem de potencial de promoção a saúde.

PCI Concursos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP) - POLÍCIA FEDERAL

CARGO 5: ESTATÍSTICO

Prova Discursiva

Aplicação: 29/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O coeficiente de variação é uma medida relativa de dispersão, calculada como a razão entre o desvio padrão e a média, normalmente expresso em percentual. É útil na comparação da variabilidade entre séries com unidades distintas ou escalas diferentes. Em amostragem estratificada, por exemplo, o coeficiente de variação pode ser utilizado para se comparar a variabilidade relativa entre diferentes estratos. Exemplo:

Suponha que se queira estimar o tempo médio de tramitação de processos administrativos em distintas regiões. Se uma região apresentar média de 100 dias com desvio padrão de 10 (coeficiente de variação = 10%) e outra apresenta média de 30 dias com desvio padrão de 15 (coeficiente de variação = 50%), isso indica que a segunda região é mais heterogênea. Assim, o coeficiente de variação pode orientar decisões acerca do tamanho da amostra e da alocação ótima entre os estratos.

No contexto de diagramas esquemáticos como o *box-plot*, a amplitude interquartil (AIQ) — diferença entre o terceiro e o primeiro quartil — representa a dispersão central de 50% dos dados. Em distribuições simétricas e aproximadamente normais, a AIQ pode ser relacionada ao desvio padrão pela aproximação $AIQ \approx 1,35\sigma$. Dessa forma, a AIQ é diretamente proporcional ao desvio padrão. Com base nisso, o intervalo definido no *box-plot* como $[Q_1 - 1,5AIQ; Q_3 + 1,5AIQ]$ cobre aproximadamente a faixa de $\mu \pm 2\sigma$, contendo mais de 95% dos dados. Assim, essa construção permite detectar *outliers* e avaliar a dispersão central de forma robusta, mesmo na presença de assimetrias ou dados extremos.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Coeficiente de variação e exemplo de sua aplicação em amostragem

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma equivocada.

Conceito 1 – Discorreu sobre o coeficiente de variação corretamente, mas não exemplificou adequadamente sua aplicação em amostragem OU não discorreu sobre o coeficiente de variação, mas exemplificou satisfatoriamente sua aplicação em amostragem.

Conceito 2 – Discorreu sobre o coeficiente de variação e exemplificou sua aplicação em amostragem, mas cometeu algum erro conceitual.

Conceito 3 – Discorreu sobre o coeficiente de variação corretamente e exemplificou adequadamente sua aplicação em amostragem.

Quesito 2.2 – Relação entre a amplitude interquartil e o desvio padrão em um diagrama esquemático (*box-plot*) em distribuições simétricas e aproximadamente normais

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma equivocada.

Conceito 1 – Dissertou sobre a amplitude interquartil (AIQ) e o desvio padrão corretamente, mas deixou de estabelecer a relação de cobertura aproximada de 95% dos dados em um diagrama de *box-plot* sob hipótese de normalidade dos dados.

Conceito 2 – Dissertou sobre a relação entre a amplitude interquartil (AIQ) e o desvio padrão, mas cometeu algum erro conceitual.

Conceito 3 – Dissertou corretamente sobre a relação de cobertura aproximada de 95% dos dados em um diagrama de *box-plot* sob hipótese de normalidade dos dados.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP) - POLÍCIA FEDERAL

CARGO 6: FARMACÊUTICO

Prova Discursiva

Aplicação: 29/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

No texto, o candidato deve abordar os aspectos a seguir enumerados.

- 1 A diabetes *mellitus* tipo 2 (DM2) é caracterizada por resistência à insulina em tecidos, como músculo, fígado e tecido adiposo, além de disfunção progressiva das células β pancreáticas. A insulina e o glucagon atuam como mediadores químicos essenciais no controle glicêmico. ~~O avanço do conhecimento sobre hormônios e receptores levou ao desenvolvimento de medicamentos que mimetizam ineretinas, como os agonistas dos receptores de GLP-1 e GIP, presentes no pâncreas, no trato gastrointestinal, no sistema nervoso central e no tecido adiposo. Esses receptores, ao serem ativados, desencadeiam vias intracelulares como AMPc/PKA, promovendo secreção de insulina dependente da glicose, redução do apetite e melhora na sensibilidade à insulina. A ativação do receptor de insulina promove a translocação do GLUT4, essencial para a captação de glicose. Ineretinas como GLP-1 e GIP atuam via receptores acoplados à proteína G. Dentre os mediadores químicos envolvidos, destacam-se GLP-1, GIP, PYY, CCK, amilina, leptina, adiponectina e AGEs. Estes últimos, gerados pela hiperglicemia crônica, favorecem a disfunção endotelial. Todos esses elementos participam da regulação integrada da glicemia, apetite e sensibilidade insulínica.~~
- 2 Em comparação a medicamentos clássicos, como metformina e sulfonilureias, ~~repaglinida e pioglitazona~~, que apresentam ação menos seletiva e maior risco de hipoglicemia, os novos ~~agentes medicamentos demonstram superioridade clínica. A metformina reduz a produção hepática de glicose; sulfonilureias e repaglinida estimulam a secreção de insulina, enquanto a pioglitazona atua sobre receptores PPAR- γ , aumentando a sensibilidade periférica à insulina. Já os novos fármacos, como —semaglutida e tirzepatida— oferecem exibem~~ ação mais direcionada, ~~potência elevada, e maior eficácia clínica, incluindo efeitos benéficos na perda de peso e na proteção cardiovascular. A semaglutida é agonista do receptor GLP-1, promovendo secreção de insulina, saciedade e redução do esvaziamento gástrico. A tirzepatida, por exemplo, atua como é~~ agonista ~~dual duplo~~ dos receptores GLP-1 e GIP, ~~promovendo potencializando esses efeitos com~~ sinergismo metabólico.
- 3 As formas farmacêuticas influenciam diretamente a biodisponibilidade: ~~por exemplo, a semaglutida oral (Rybelsus®) exige jejum e apresenta absorção limitada, enquanto as versões injetáveis (Ozempic®, Wegovy®, Mounjaro®) garantem maior eficácia por via subcutânea com liberação prolongada. Medicamentos orais, como metformina e glibenclâmida, têm boa absorção, mas variam conforme pH gástrico, alimentação e dose. A semaglutida oral exige jejum e apresenta absorção limitada, enquanto as versões injetáveis garantem maior eficácia por via subcutânea com liberação prolongada. Em baixas dosagens, as formulações orais demandam estratégias para melhorar a absorção; já em altas dosagens, as formas injetáveis garantem níveis plasmáticos sustentados e menor frequência posológica. A escolha depende da farmacocinética e do perfil clínico do paciente, afetando diretamente a resposta terapêutica.~~
- 4 Esses medicamentos vêm sendo usados ~~off label~~ para emagrecimento, graças à atuação central nos receptores GLP-1, que modulam o apetite e o metabolismo energético, além de contribuírem para efeitos cardioprotetores, evidenciando como a farmacodinâmica baseada na seletividade do receptor amplia as indicações terapêuticas modernas. A ligação seletiva das novas moléculas aos receptores GLP-1 e GIP desencadeia vias intracelulares, como AMPc/PKA, promovendo efeitos terapêuticos múltiplos. No sistema nervoso central, essa interação regula centros de saciedade e metabolismo energético, resultando em supressão do apetite e favorecendo o emagrecimento. Nos sistemas cardiovascular e endotelial, a ativação desses receptores reduz a inflamação, melhora o perfil lipídico e contribui para o controle pressórico, evidenciando ação cardioprotetora. Esses efeitos justificam as indicações formais em DM2, obesidade e risco cardiovascular. Outros medicamentos, como dapagliflozina, também apresentam efeito cardioprotetor, embora atuem por mecanismos distintos, como a inibição da reabsorção tubular de glicose, o que demonstra como diferentes vias farmacodinâmicas contribuem para ampliar a eficácia clínica.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Bases fisiológicas da DM2, com ênfase nos receptores, mediadores químicos e hormônios

Conceito 0 – Não abordou o aspecto ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou de maneira precária as bases fisiológicas e não citou os receptores, mediadores químicos e hormônios.

Conceito 2 – Abordou as bases fisiológicas, tendo citado apenas um dos seguintes elementos: (i) receptores **farmacológicos** envolvidos; (ii) mediadores químicos; (iii) hormônios.

Conceito 3 – Abordou as bases fisiológicas, tendo citado apenas dois dos elementos enumerados.

Conceito 4 – Abordou corretamente as bases fisiológicas, tendo citado os três elementos enumerados.

Quesito 2.2 – Farmacodinâmica dos medicamentos clássicos e novos no tratamento da DM2 – seletividade, mecanismo dual (agonista duplo), sinergismo, eficácia e potência

Conceito 0 – Não abordou o aspecto ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou de maneira precária a farmacodinâmica dos medicamentos novos e clássicos no tratamento da DM2, sem mencionar nenhum dos seguintes elementos: (i) seletividade; (ii) mecanismo dual (agonista duplo); (iii) sinergismo, (iv) eficácia e (v) potência.

Conceito 2 – Abordou de maneira parcialmente correta a farmacodinâmica dos medicamentos novos e clássicos no tratamento da DM2, tendo mencionado apenas um dos elementos enumerados.

Conceito 3 – Abordou de maneira parcialmente correta a farmacodinâmica dos medicamentos novos e clássicos no tratamento da DM2, tendo mencionado apenas dois dos elementos enumerados.

Conceito 4 – Abordou de maneira parcialmente correta a farmacodinâmica dos medicamentos novos e clássicos no tratamento da DM2, tendo mencionado apenas três dos elementos enumerados.

Conceito 5 – Abordou de maneira parcialmente correta a farmacodinâmica dos medicamentos novos e clássicos no tratamento da DM2, tendo mencionado apenas quatro dos elementos enumerados.

Conceito 6 – Abordou de maneira correta a farmacodinâmica dos medicamentos novos e clássicos no tratamento da DM2, tendo mencionado os cinco elementos enumerados.

Quesito 2.3 – Interferência das formas farmacêuticas dos medicamentos orais e injetáveis na biodisponibilidade de medicamentos

Conceito 0 – Não abordou o aspecto ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou o aspecto de forma precária, não tendo mencionado nenhum um dos seguintes elementos (i) medicamentos orais; (ii) medicamentos injetáveis; (iii) **considerações sobre dosagem (baixa ou alta)** ~~baixa dosagem;~~ (iv) ~~alta dosagem~~.

Conceito 2 – Abordou o aspecto de forma parcialmente correta, tendo mencionado apenas um dos elementos enumerados.

Conceito 3 – Abordou o aspecto de forma parcialmente correta, tendo mencionado apenas dois dos elementos enumerados.

Conceito 4 – Abordou o aspecto de forma parcialmente correta, tendo mencionado ~~apenas três dos elementos enumerados~~, **porém a menção à dosagem foi implícita**.

Conceito 5 – Abordou o aspecto de forma correta, tendo mencionado os ~~quatro~~ **três** elementos enumerados.

Quesito 2.4 – Ligação droga-receptor e sua relação no emagrecimento e na proteção cardiovascular

Conceito 0 – Não abordou o aspecto ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou o aspecto de forma precária, sem mencionar nenhum dos seguintes elementos: (i) relação entre o uso de medicamentos **e seus efeitos**; (ii) indicação terapêutica **formal (ex: DM2, obesidade, risco cardiovascular)**; (iii) interferência da ligação droga-receptor no emagrecimento; e (iv) **interferência da ligação droga-receptor** na proteção cardiovascular.

Conceito 2 – Abordou o aspecto de forma parcialmente correta, tendo mencionado apenas um dos elementos enumerados.

Conceito 3 – Abordou o aspecto de forma parcialmente correta, tendo mencionado apenas dois dos elementos enumerados (**ex: menciona obesidade sem explicar o papel do receptor**) .

Conceito 4 – Abordou o aspecto de forma parcialmente correta, tendo mencionado apenas três dos elementos enumerados (**ex: explica o mecanismo, mas omite a indicação terapêutica formal**).

Conceito 5 – Abordou o aspecto de forma correta, tendo mencionado os quatro elementos enumerados.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP) - POLÍCIA FEDERAL

CARGO 7: MÉDICO CLÍNICO

Prova Discursiva

Aplicação: 29/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O quadro clínico da paciente é compatível com o de dispneia, que é o equivalente isquêmico mais comum em idosos, mulheres com DM. Embora a principal forma de apresentação de SCA seja a angina, a ocorrência de apresentações atípicas é maior em mulheres e idosos (>75 anos), assim como em pacientes com diabetes. O ECG revelou isquemia miocárdica na parede anterior e lateral ou anterior extensa. Houve elevação da troponina ultrasensível acima do percentil 99, que, em conjunto com o quadro clínico, permite o diagnóstico de IAMSST. Portanto, o diagnóstico da paciente é de infarto agudo do miocárdio ou síndrome coronária aguda sem supradesnível do segmento ST (IAMSST).

A terapia medicamentosa indicada para essa paciente, no momento 1, é: i) nitrato; ii) betabloqueadores; iii) inibidores da enzima conversora de angiotensina (IECA); iv) estatina; v) AAS; e vi) heparina não fracionada ou enoxaparina. Oxigênio não é necessário em razão da SO_2 de 94%.

No momento 2, deveria ser realizado na paciente um cateterismo cardíaco ou uma cineangiocoronariografia. Esses exames devem ser realizados em até duas horas. Pacientes com SCA sem supradesnivelamento do segmento ST, que são instáveis, por exemplo, instabilidade hemodinâmica e congestão pulmonar **ou choque cardiogênico**, como essa paciente, apresentam risco elevado de desfechos adversos, recomendando-se uma estratégia invasiva imediata com intenção de realizar revascularização.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Diagnóstico no momento 1, devidamente fundamentado

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos aspectos a seguir: i) quadro clínico isquêmico; ii) achados do ECG; iii) elevação da troponina ultrasensível; iv) infarto agudo do miocárdio (IAMSST); v) síndrome coronária aguda sem supradesnível do segmento ST (SCASST).

Conceito 2 – Abordou corretamente dois dos aspectos citados.

Conceito 3 – Abordou corretamente três dos aspectos citados.

Conceito 4 – Abordou corretamente quatro dos aspectos citados.

Conceito 5 – Abordou corretamente os cinco aspectos citados.

Quesito 2.2 – Terapia farmacológica indicada para a paciente no momento 1

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Citou corretamente apenas uma das medicações a seguir: i) nitrato; ii) beta-bloqueadores; iii) inibidores da enzima conversora de angiotensina (IECA); iv) estatina; v) AAS; vi) heparina não fracionada ou enoxaparina **ou heparina de baixo peso molecular ou heparina**.

Conceito 2 – Citou corretamente apenas duas das medicações enumeradas.

Conceito 3 – Citou corretamente apenas três das medicações enumeradas.

Conceito 4 – Citou corretamente apenas quatro das medicações enumeradas.

Conceito 5 – Abordou corretamente apenas cinco das medicações enumeradas.

Conceito 6 – Citou corretamente as seis medicações enumeradas.

Quesito 2.3 – Exame complementar e tempo máximo para sua realização

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Indicou corretamente o exame complementar ou o tempo máximo para sua realização, mas não apresentou fundamentação.

Conceito 2 – Indicou corretamente o exame complementar **ou** o tempo máximo para sua realização, tendo fundamentado adequadamente.

Conceito 3 – Indicou corretamente o exame complementar **e** o tempo máximo para sua realização, tendo fundamentado de forma precária.

Conceito 4 – Indicou corretamente o exame complementar e o tempo máximo para sua realização, tendo fundamentado de forma incompleta.

Conceito 5 – Indicou corretamente o exame complementar e o tempo máximo para sua realização, tendo fundamentado de forma correta e completa.

PCI Concursos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP) - POLÍCIA FEDERAL

CARGO 8: MÉDICO ORTOPEDISTA

Prova Discursiva

Aplicação: 29/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

No caso apresentado, considerando-se todo histórico e os resultados dos exames, a hipótese diagnóstica mais provável é a de artrite séptica, cujo principal agente etiológico é o *Staphylococcus aureus*.

O *Staphylococcus aureus* pode chegar à articulação por: (i) inoculação direta, como ocorre em ferimentos perfurantes, fraturas intra-articulares expostas ou após cirurgias (pós-traumática); (ii) infecção contígua da pele (punção de artéria femoral em RN) – (por continuidade); (iii) foco de osteomielite metafisária (nos ossos em que a metáfise é intra-articular: úmero proximal, rádio proximal, fêmur proximal, tibia distal lateral); (iv) via hematogênica (mais comum em crianças).

A conduta médica mais adequada para o caso apresentado é a seguinte: (i) internação hospitalar e diagnóstico precoce; (ii) investigação do foco primário da bacteremia por meio de punção articular com envio de material para cultura; (iii) procedimento cirúrgico de artrotomia com limpeza mecânica (lavagem/irrigação com soro fisiológico); (iv) antibioticoterapia por duas a três semanas; e (v) reavaliação com exame clínico e laboratoriais, como VHS, PCR e hemograma.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1

Conceito 0 – Não indicou o diagnóstico de artrite séptica.

Conceito 1 – Indicou corretamente o diagnóstico de artrite séptica.

Quesito 2.2

Conceito 0 – Não indicou o agente etiológico *Staphylococcus aureus*.

Conceito 1 – Indicou corretamente o agente etiológico *Staphylococcus aureus*.

Quesito 2.3

Conceito 0 – Não abordou nenhuma forma de ação do agente etiológico.

Conceito 1 – Abordou corretamente apenas uma forma de ação do agente etiológico.

Conceito 2 – Abordou corretamente apenas duas formas de ação do agente etiológico.

Conceito 3 – Abordou ou corretamente apenas três formas de ação do agente etiológico.

Conceito 4 – Abordou corretamente todas as quatro formas de ação do agente etiológico.

Quesito 2.4

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Descreveu corretamente apenas uma etapa da conduta médica mais adequada.

Conceito 2 – Descreveu corretamente apenas duas etapas da conduta médica mais adequada.

Conceito 3 – Descreveu corretamente apenas três etapas da conduta médica mais adequada.

Conceito 4 – Descreveu corretamente apenas quatro etapas da conduta médica mais adequada.

Conceito 5 – Descreveu corretamente todas as cinco etapas da conduta médica mais adequada.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP) - POLÍCIA FEDERAL

CARGO 9: MÉDICO PSIQUIATRA

Prova Discursiva

Aplicação: 29/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1) A hipótese diagnóstica principal, com base nos critérios do **DSM-5-TR**, é **transtorno depressivo maior (TDM)**, episódio atual **grave moderado, recorrente**, com sintomas que preenchem os critérios de um episódio depressivo maior. **Crítérios preenchidos (DSM-5-TR – Episódio Depressivo Maior): humor deprimido** na maior parte do tempo, quase todos os dias (descrito como sensação de tristeza profunda, sensação de “vazio”, perda do sentido da vida); **marcada diminuição do interesse ou prazer** em atividades anteriormente valorizadas (relatos de indiferença a atividades com a família, lazer e desempenho profissional); **fadiga ou perda de energia quase todos os dias**, mesmo em tarefas simples; **alteração no apetite**, com perda de peso não intencional; **dificuldades cognitivas**, especialmente na concentração e na tomada de decisões (comprometendo sua atuação profissional); **sentimentos de inutilidade e culpa**, principalmente após explosões emocionais no trabalho; **pensamentos recorrentes de morte**, sem planejamento suicida ativo, mas com forte ideação de desistência da vida. **Gravidade: moderada**. A gravidade é classificada como moderada com base no **número de sintomas presentes** – entre 5 e 6 critérios preenchidos. **Intensidade dos sintomas**: impactantes, mas sem prejuízo extremo da autonomia. **Prejuízo funcional significativo**, especialmente nas atividades laborais (afastamento, tensão com colegas, dificuldade de rendimento). **Ausência de risco suicida iminente ou psicose**, o que descarta um episódio grave com características psicóticas.

2) O especificador adequado ao quadro de João é “**com características mistas**”, conforme previsto no DSM-5-TR para episódios depressivos maiores que incluem **sintomas de polaridade oposta** (isto é, sintomas maniformes), mas que **não preenchem critérios para episódio maníaco ou hipomaníaco**. Segundo o DSM-5-TR, para aplicar esse especificador em um episódio depressivo, devem estar presentes **pelo menos três dos seguintes sintomas maniformes ao longo da maior parte dos dias do episódio depressivo atual**:

1. humor elevado ou expansivo;
2. autoestima inflada ou grandiosidade;
3. maior loquacidade do que o usual ou pressão para continuar falando;
4. fuga de ideias ou sensação de que os pensamentos estão acelerados;
5. aumento de energia dirigida a objetivos (social, ocupacional, sexual);
6. envolvimento excessivo em atividades com alto potencial de consequências dolorosas (gastos, direção imprudente, impulsividade sexual);
7. diminuição da necessidade de sono (sentir-se descansado com pouco sono).

No caso de João, três desses critérios foram preenchidos durante o episódio depressivo atual:

- **Pressão para falar**: foi descrito que, durante atendimentos, por vezes, apresentava discurso acelerado, com dificuldade de ser interrompido, relatando “falar demais quando está mais agitado”.
- **Fuga de ideias/pensamento acelerado**: João referia que, em alguns dias, parecia que os pensamentos “não paravam”, com dificuldade de desacelerar a mente, especialmente à noite, o que agravava seu padrão de sono já alterado.
- **Irritabilidade como marcador de ativação**: embora não seja critério isolado, a presença de **irritabilidade intensa e desproporcional** pode substituir o humor elevado nos casos de episódios mistos, e, no caso de João, ela está fortemente presente – tanto nos relatos pessoais quanto na observação do estado mental, com episódios de impaciência intensa mesmo frente a contrariedades mínimas.
- Adicionalmente, o caso **não preenche os critérios para episódio maníaco ou hipomaníaco** porque:
- Os sintomas de ativação são **transitórios, de curta duração, e não causam prejuízo grave ou ruptura funcional específica**, como seria esperado em um episódio maníaco.
- **Não há humor persistentemente elevado, autoestima grandiosa nem aumento de atividade dirigida a objetivos**.

Portanto, o episódio depressivo de João é caracterizado por sintomas de ativação suficientes para o **especificador “com características mistas”**, sem configuração de transtorno bipolar.

3) No caso apresentado, há evidências de comprometimento significativo do estado mental, incluindo episódios de irritabilidade intensa, alteração no controle do humor e dificuldades cognitivas que podem afetar o julgamento e a tomada de decisão. Por isso, a recomendação adequada é a **suspensão temporária do porte de arma até que o paciente apresente melhora clínica estável e seja reavaliado psiquiátrica e funcionalmente**.

4) No âmbito farmacológico, é indicado iniciar antidepressivos com perfil seguro, considerando a possibilidade de sintomas mistos, evitando antidepressivos isolados que possam precipitar ativação maniforme; o uso de estabilizadores de humor **e/ou antipsicóticos atípicos** pode ser considerado para modular os sintomas mistos. Psicoterapias focadas em manejo do estresse, técnicas cognitivo-comportamentais e apoio para regulação emocional são fundamentais para melhorar o funcionamento psicossocial e laboral. A psicoeducação deve envolver orientações sobre o transtorno, a identificação precoce de sintomas de ativação, a importância da adesão ao tratamento e as estratégias para controle do estresse ocupacional, especialmente no contexto de alta demanda e risco do cargo policial. O acompanhamento regular com equipe multidisciplinar e avaliações periódicas são essenciais para monitorar evolução clínica e ajustar intervenções.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Hipótese diagnóstica principal para o caso apresentado, nível de gravidade do episódio atual e preenchimento dos critérios diagnósticos

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Aponta o **Transtorno Depressivo Maior**, mas não especifica o **episódio atual**/não classifica corretamente a **gravidade** (ex.: chama de “leve” ou “grave” sem base). Apresenta **critérios diagnósticos insuficientemente descritos**, genéricos ou mal justificados. O texto tem lacunas na aplicação do DSM-5-TR.

Conceito 2 – Identifica corretamente o **TDM, episódio atual moderado, recorrente**. Descreve **alguns critérios diagnósticos com exemplos do caso**, mas não todos. Cita a gravidade, mas com justificativas **incompletas** (ex.: menciona número de sintomas, mas não discute prejuízo funcional ou ideação). Demonstra conhecimento clínico relevante, mas **sem profundidade ou articulação completa**.

Conceito 3 – Identifica corretamente a hipótese diagnóstica com **subtipo e gravidade**. Descreve **ao menos três critérios diagnósticos com exemplos claros do caso clínico**. Justifica adequadamente a gravidade como **moderada**, considerando: número e intensidade dos sintomas, prejuízo funcional, ausência de psicose ou risco suicida iminente. Menciona a **recorrência** e **exclui causas secundárias** (uso de substâncias, doenças clínicas, luto). Texto bem articulado e tecnicamente claro.

Conceito 4 – Apresenta a hipótese diagnóstica com clareza e precisão nos termos do DSM-5-TR. Justifica **cada critério do episódio depressivo maior com base nas falas do paciente**. Analisa a **gravidade de forma integrada**, considerando aspectos quantitativos e qualitativos dos sintomas. Descreve, de forma inequívoca, a **caracterização de recorrência** do transtorno. Articula a exclusão de outros quadros (ex.: mania, uso de substâncias, condição médica geral) com clareza e precisão. Demonstra **domínio do raciocínio clínico e dos critérios diagnósticos formais**.

Quesito 2.2 – Especificador mais adequado a ser atribuído à hipótese diagnóstica principal

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Citou o especificador correto, mas não justificou ou justificou muito superficialmente, sem explicar os sintomas ou diferenciar de transtorno bipolar.

Conceito 2 – Identificou o especificador correto e citou um ou dois sintomas do caso, mas não mencionou os critérios formais do DSM-5-TR ou a justificativa é incompleta.

Conceito 3 – Identificou corretamente o especificador, relacionou ao menos três sintomas de ativação do caso e afirmou que não há critérios para episódio maníaco ou hipomaniaco, mas sem citar os critérios formais.

Conceito 4 – Identificou corretamente o especificador, apresentou os critérios diagnósticos formais do DSM-5-TR, relacionou claramente os sintomas do paciente aos critérios e explicou por que não é transtorno bipolar, com texto claro e tecnicamente preciso.

Quesito 2.3 – Conduta recomendada em relação à manutenção do porte funcional de arma de fogo com os fundamentos clínicos e legais que sustentam a decisão

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Reconheceu a necessidade de avaliação, mas não especificou a suspensão ou não justificou adequadamente.

Conceito 2 – Recomendou a suspensão temporária do porte de arma, mas com justificativa pouco detalhada ou vaga.

Conceito 3 – Sugeriu a suspensão temporária com justificativa clara baseada no risco funcional e na condição mental, mas sem mencionar protocolos ou procedimentos.

Conceito 4 – Recomendou a suspensão temporária do porte, fundamentou a decisão na avaliação clínica, nos riscos potenciais para segurança e citou a necessidade de reavaliações periódicas segundo critérios de saúde ocupacional e perícia psiquiátrica.

Quesito 2.4 – Plano terapêutico para o caso clínico: intervenções farmacológicas; propostas de psicoterapia; estratégias de psicoeducação

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Apresentou algum aspecto do tratamento correto, mas de forma incompleta ou pouco fundamentada.

Conceito 2 – Descreveu os três pilares do tratamento (farmacológico, psicoterapêutico e psicoeducação), porém sem detalhamento ou ligação clara com o caso.

Conceito 3 – Apresentou plano adequado e fundamentado, contemplou os aspectos essenciais e apresentou justificativas coerentes, mas sem aprofundar detalhes técnicos.

Conceito 4 – Apresentou plano terapêutico completo, articulado e específico, abordando os medicamentos indicados, precauções quanto aos sintomas mistos, tipos de psicoterapia recomendados, e medidas psicoeducativas relevantes ao cargo e quadro clínico, com amplo domínio do tema.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP) - POLÍCIA FEDERAL

CARGO 10: NUTRICIONISTA

Prova Discursiva

Aplicação: 29/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Os principais perigos a serem controlados são os microbiológicos (bactérias, vírus, parasitas), químicos (contaminantes, alérgenos) e físicos (corpos estranhos). A seguir, são descritos os pontos críticos de controle mais comuns na produção de refeições, considerando-se a qualidade higiênico-sanitária no caso em apreço.

(a) No que concerne ao armazenamento dos alimentos que a empresa serve em seu *buffet*, os principais perigos são o crescimento microbiano (decorrente do armazenamento em temperatura inadequada), a contaminação cruzada (entre alimentos crus e cozidos, ou entre diferentes tipos de alimentos), e a deterioração por umidade ou pragas. Algumas das medidas de controle que a empresa deve adotar em relação ao armazenamento são relativas a: refrigeração/congelamento — a empresa deve manter as temperaturas corretas para cada tipo de alimento (ex.: $<5^{\circ}\text{C}$ para refrigerados, $<-18^{\circ}\text{C}$ para congelados); estocagem a seco — a empresa deve manter os ambientes limpos, secos, ventilados, com alimentos armazenados em prateleiras, afastados do chão e das paredes, com boa organização e sistema PVPS (primeiro que vence, primeiro que sai); e proteção dos alimentos — a empresa deve manter os alimentos sempre tampados e identificados.

(b) No que concerne ao pré-preparo dos alimentos que a empresa serve em seu *buffet*, os principais perigos são a contaminação cruzada (utensílios, superfícies, mãos sujas), a sobrevivência de microrganismos (decorrente da lavagem inadequada de hortaliças) e a adição de sujidades. Algumas das medidas de controle que a empresa deve adotar em relação ao pré-preparo são relativas a: higiene pessoal — colaboradores com boas práticas de higiene, uso de uniformes limpos e toucas e sapatos fechados; higienização de hortaliças — lavagem em água corrente e sanitização; superfícies e utensílios — higienização frequente das bancadas e equipamentos utilizados; e controle do fluxo.

(c) No que concerne à distribuição e à exposição dos alimentos, que, no caso em apreço, ficam expostos no *buffet* por 3 horas, os principais perigos são a contaminação cruzada (mãos, utensílios e equipamentos mal higienizados) e a multiplicação microbiana (decorrente da manutenção dos alimentos em temperatura inadequada durante a exposição). Algumas das medidas de controle que a empresa deve adotar em relação à exposição dos alimentos ao consumo são: manter os alimentos quentes acima de 60°C ; manter os alimentos frios abaixo de 5°C ; proteger os alimentos por meio de barreiras físicas (balcões térmicos, protetores salivares); manter higiene rigorosa dos manipuladores e utensílios de serviço; utilizar utensílios exclusivos para cada alimento; repor alimentos de forma correta; e não misturar alimentos novos com sobras.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Perigos e medidas de controle no que concerne ao armazenamento

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Apresentou corretamente apenas um perigo ou apenas uma medida de controle relativo(a) ao armazenamento.

Conceito 2 – Apresentou corretamente apenas um perigo e uma medida de controle relativos ao armazenamento.

Conceito 3 – Apresentou corretamente dois ou mais perigos e duas ou mais medidas de controle relativos ao armazenamento.

Quesito 2.2 – Perigos e medidas de controle no que concerne ao pré-preparo

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Apresentou corretamente apenas um perigo ou apenas uma medida de controle relativo(a) ao pré-preparo.

Conceito 2 – Apresentou corretamente apenas um perigo e uma medida de controle relativos ao pré-preparo.

Conceito 3 – Apresentou corretamente dois ou mais perigos e duas ou mais medidas de controle relativos ao pré-preparo.

Quesito 2.3 – Perigos e medidas de controle no que concerne à exposição ao consumo

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Apresentou corretamente apenas um perigo ou apenas uma medida de controle relativo(a) à exposição ao consumo.

Conceito 2 – Apresentou corretamente apenas um perigo e uma medida de controle relativos à exposição ao consumo.

Conceito 3 – Apresentou corretamente dois ou mais perigos e duas ou mais medidas de controle relativos à exposição ao consumo.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP) - POLÍCIA FEDERAL

CARGO 11: PSICÓLOGO CLÍNICO

Prova Discursiva

Aplicação: 29/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

(a) O transtorno por uso do tabaco caracteriza-se por um padrão problemático de uso de tabaco, que leva a comprometimento ou sofrimento clinicamente significativo, manifestado pela ocorrência, durante um período de 12 meses, de pelo menos dois dos critérios listados a seguir.

- O tabaco é frequentemente consumido em maiores quantidades ou por um período mais longo do que o pretendido;
- Existe um desejo persistente ou são dispendidos esforços malsucedidos no sentido de reduzir ou controlar o uso de tabaco;
- Muito tempo é gasto em atividades necessárias para a obtenção ou para o uso de tabaco;
- Fissura ou um forte desejo ou necessidade de usar tabaco;
- Uso recorrente de tabaco que resulte em fracasso no cumprimento de obrigações importantes no trabalho, na escola ou em casa (ex.: interferência no trabalho);
- Uso continuado de tabaco apesar de problemas sociais ou interpessoais persistentes ou recorrentes causados ou exacerbados pelos seus efeitos (ex.: discussões com os outros sobre o uso de tabaco);
- Importantes atividades sociais, profissionais ou recreacionais são abandonadas ou reduzidas em virtude do uso de tabaco;
- Uso recorrente de tabaco em situações nas quais isso representa perigo para a integridade física (ex.: fumar na cama);
- O uso de tabaco é mantido apesar da consciência de que se tem um problema físico ou psicológico persistente ou recorrente que tende a ser causado ou exacerbado por ele;
- Tolerância, definida por qualquer um dos seguintes aspectos:
 - necessidade de quantidades progressivamente maiores de tabaco para atingir o efeito desejado;
 - efeito acentuadamente menor com o uso continuado da mesma quantidade de tabaco.
- Abstinência, manifestada por qualquer um dos seguintes aspectos:
 - síndrome de abstinência característica de tabaco (conforme os critérios A e B do conjunto de critérios para abstinência de tabaco, definidos no DSM-5-TR);
 - consumo de tabaco (ou de substância estreitamente relacionada, como nicotina) com vistas a aliviar ou evitar os sintomas de abstinência.

(b) A abstinência de tabaco decorre do uso diário de tabaco, durante um período mínimo de várias semanas; seguido da cessação abrupta do uso de tabaco, ou da redução da quantidade de tabaco utilizada, seguida, no prazo de 24 horas, por quatro ou mais dos seguintes sinais ou sintomas, devendo o candidato mencionar pelo menos dois:

- irritabilidade, frustração ou raiva;
- ansiedade;
- dificuldade de concentração;
- aumento do apetite;
- inquietação;
- humor deprimido; e
- insônia.

Os sinais ou sintomas do critério B causam sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo.

(c) O papel do psicólogo, no tratamento da dependência química de tabaco, compreende o aconselhamento terapêutico e a intervenção não medicamentosa, visando-se ao entendimento do problema e à melhora no controle dos sintomas de abstinência. Indica-se tratamento fundamentado nas bases da terapia cognitivo-comportamental, com realização de sessões periódicas, preferencialmente em grupo de apoio, podendo também ser individual. O trabalho do psicólogo consiste em fornecer

informações sobre os riscos do tabagismo e os benefícios da interrupção desse comportamento, além do estímulo ao autocontrole e(ou) ao autocuidado, para que os indivíduos possam administrar o ciclo da dependência.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Critérios diagnósticos do transtorno por uso do tabaco

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Apresentou corretamente apenas um critério diagnóstico.

Conceito 2 – Apresentou corretamente dois ou mais critérios diagnósticos.

Quesito 2.2 – Sinais ou sintomas da abstinência de tabaco

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Apresentou corretamente apenas um sinal ou sintoma da abstinência de tabaco.

Conceito 2 – Apresentou corretamente dois ou mais sinais ou sintomas da abstinência de tabaco.

Quesito 2.3 – Papel do psicólogo no tratamento da dependência química de tabaco

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou o quesito apenas de forma superficial, sem desenvolvê-lo.

Conceito 2 – Abordou o quesito de forma incompleta ou apenas parcialmente correta.

Conceito 3 – Abordou o quesito de forma adequada e consistente.

PCI Concursos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP) - POLÍCIA FEDERAL

CARGO 12: PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL

Prova Discursiva

Aplicação: 29/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

À medida que a interação entre grupos diferentes se torna mais frequente na organização, maior deve ser a habilidade comunicativa e de negociação ante a potencial ocorrência de conflitos e desentendimentos, o que deve ser observado pelas práticas de gestão. Assim, um modelo de gestão da diversidade que traga benefícios implica administrar as relações de trabalho, a composição da força de trabalho e o emprego. Além disso, também se faz necessário observar o grau de pressão para incorporar grupos sociais excluídos das posições de poder e prestígio, bem como avaliar as atitudes dos gestores em relação a esses grupos sociais e o modo como a organização prioriza e responde estrategicamente às necessidades de uma força de trabalho diversa.

Medidas devem ser tomadas para facilitar o aproveitamento das diferenças entre grupos a serviço da organização, seu crescimento e sua renovação: (i) as lideranças devem reconhecer que, com a diversidade, haverá mais de uma maneira de obterem resultados positivos; (ii) as lideranças devem reconhecer que perspectivas diferentes representam desafios e oportunidades de aprendizado; (iii) a cultura organizacional deve criar expectativas de alto padrão para todos, sem diferenciações; (iv) a cultura organizacional deve estimular o desenvolvimento pessoal; (v) a cultura organizacional deve encorajar os debates e controvérsias e dar suporte aos conflitos construtivos; (vi) a cultura deve fazer os trabalhadores se sentirem valorizados; (vii) a organização deve ter uma missão articulada e amplamente divulgada; (viii) a organização deve ter uma estrutura relativamente igualitária e não burocrática. Os discursos gerenciais e as políticas de pessoal, embora reconheçam a diversidade como uma realidade, quase sempre não sabem como lidar com essa realidade e, não raramente, desenvolvem mecanismos extremamente poderosos de controle em prol da uniformidade, traço do modelo burocrático que parece mostrar-se impróprio quando o contexto demanda criatividade, inovação e capacidade de aprendizagem. Os gerentes devem desenvolver consciência das diferenças, comunicar e mostrar respeito por elas, evitar estereótipos, inspirar e mobilizar pessoas. Para isso, é preciso estimular um processo de aprendizagem permanente, que questione com frequência as práticas rotineiras, propondo uma experimentação contínua e desafiando respostas prontas e suas premissas. A inclusão e o desenvolvimento de competência para tanto é um fenômeno socialmente construído. A gestão inclusiva requer mais do que a elaboração e implementação de normas e procedimentos: requer mudanças culturais, e o gestor, sendo legítimo representante e agente de manutenção da cultura organizacional, deve desenvolver não apenas a consciência, mas também competências para responder a desafios e oportunidades impostos pela diversidade.

Sem desconsiderar a importância de uma preparação formal, com cursos e oficinas sobre diversidade, há ênfase na aprendizagem por meio da experiência do dia a dia, seguida de *coaching*, experiências estas que permitem o exercício do diálogo e da reflexão como uma forma de promover o desenvolvimento tanto individual quanto grupal. Isso reflete a importância que a literatura em aprendizagem e competências vem atribuindo à conversação e ao diálogo reflexivo. As experiências compartilhadas compõem um repertório que os gerentes podem usar como referência quando novas situações se apresentam no cotidiano do processo de inclusão. A reflexão após a ação aparece como um processo relevante, uma vez que a reflexão permite rever crenças, suposições e questionar modelos mentais. A reflexão deve ser uma prática consciente para que a aprendizagem aconteça, tem que provocar mudanças. Outras ações envolvem experiências de grupo que promovam a *feedback* e a aprendizagem compartilhada, principalmente das situações que evocam sentimentos de discriminação e preconceito. **Algumas ações também podem viabilizar o compartilhamento de experiências, como, por exemplo, formação de equipes de trabalho diversificadas, ou seja, que reúnam pessoas de diferentes grupos sociais, as quais possuem diferentes perspectivas; a instituição de espaços coletivos na organização, tais como sala para descanso, copa, refeitório, dentre outros espaços para fala, os quais permitiriam a conversação e o diálogo reflexivo.**

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1

Conceito 0 – Não abordou o aspecto ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou o tema da inclusão de forma superficial, sem descrever suas implicações para a gestão.

Conceito 2 – Abordou o tema da inclusão de forma parcialmente adequada, tendo descrito apenas uma implicação da inclusão para a gestão.

Conceito 3 – Abordou o tema da inclusão, tendo descrito, de forma parcialmente adequada, pelo menos duas implicações da inclusão para a gestão.

Conceito 4 – Abordou o tema da inclusão de forma adequada, tendo descrito corretamente duas implicações da inclusão para a gestão.

Quesito 2.2

Conceito 0 – Não abordou o aspecto ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou o aspecto de forma superficial, sem identificar nem classificar competências para a inclusão no contexto da diversidade nas organizações.

Conceito 2 – Abordou o aspecto de forma parcialmente adequada, tendo identificado e classificado apenas uma competência para a inclusão no contexto da diversidade nas organizações.

Conceito 3 – Abordou o aspecto, tendo identificado e classificado, de forma parcialmente adequada, pelo menos duas competências para a inclusão no contexto da diversidade nas organizações.

Conceito 4 – Abordou o aspecto de forma adequada, tendo identificado e classificado corretamente duas competências para a inclusão no contexto da diversidade nas organizações.

Quesito 2.3

Conceito 0 – Não abordou o aspecto ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Descreveu corretamente apenas uma ação que pode ser desenvolvida para favorecer a aprendizagem informal das competências elencadas.

Conceito 2 – Descreveu de forma parcialmente adequada duas ações que podem ser desenvolvidas para favorecer a aprendizagem informal das competências elencadas.

Conceito 3 – Descreveu corretamente duas ações que podem ser desenvolvidas para favorecer a aprendizagem informal das competências elencadas.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP) - POLÍCIA FEDERAL

CARGO 13: TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS ÁREA: PEDAGOGIA

Prova Discursiva

Aplicação: 29/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A trilha de aprendizagem é uma abordagem pedagógica que organiza os conteúdos em etapas progressivas, alinhadas às competências necessárias para o desempenho de funções específicas. Nesse contexto, a capacitação contínua dos servidores, especialmente por meio de trilhas de aprendizagem estruturadas, torna-se um instrumento essencial para o fortalecimento da gestão de projetos no setor público. A profissionalização e a qualificação técnica e gerencial permitem uma atuação mais estratégica, eficiente e orientada a resultados.

A implementação de trilhas de aprendizagem, nos órgãos públicos, representa uma oportunidade de transformar a cultura organizacional. No entanto, apresenta alguns desafios, tais quais a resistência à mudança por parte de alguns setores da administração e o desafio de personalizar os percursos formativos de acordo com os perfis e as funções dos servidores, o que demanda diagnóstico e planejamento sistematizado e singularizado.

A adoção de trilhas de aprendizagem tem se mostrado uma estratégia eficaz, promovendo maior alinhamento entre os objetivos estratégicos da instituição e a qualificação dos servidores. Dessa forma, uma trilha de aprendizagem bem estruturada favorece a cultura de resultados ao estabelecer indicadores de desempenho e promover a autonomia dos participantes em sua jornada de aprendizagem. **A utilização das tecnologias digitais potencializa esse processo, ao permitir o acesso remoto a conteúdos, a personalização dos percursos formativos, o acompanhamento em tempo real do desempenho dos participantes e a atualização constante dos materiais. Com isso, torna-se possível oferecer capacitações mais acessíveis, dinâmicas e alinhadas às demandas atuais do serviço público, fortalecendo a profissionalização e a entrega de serviços de maior qualidade à sociedade.**

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Conceituou trilhas de aprendizagem ou abordou sua aplicação na formação continuada, de forma insuficiente ou parcialmente incorreta, com erros conceituais.

Conceito 2 – Conceituou trilhas de aprendizagem ou abordou sua aplicação na formação continuada, de forma correta.

Conceito 3 – Conceituou trilhas de aprendizagem e abordou sua aplicação na formação continuada, de forma parcialmente incorreta, com erros pontuais.

Conceito 4 – Conceituou trilhas de aprendizagem e abordou sua aplicação na formação continuada, de forma correta e suficiente.

Quesito 2.2

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Limitou-se a mencionar um desafio, sem desenvolvimento.

Conceito 2 – Apresentou, com desenvolvimento, um desafio, porém de forma parcialmente inconsistente.

Conceito 3 – Apresentou, com desenvolvimento, um desafio, de forma adequada.

Quesito 2.3

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Limitou-se a mencionar um benefício, sem desenvolvimento ou sem relação com o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais.

Conceito 2 – Apresentou, com desenvolvimento, um benefício relacionado ao desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais, porém de forma parcialmente inconsistente.

Conceito 3 – Apresentou, com desenvolvimento, um benefício relacionado ao desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais, de forma adequada.

Quesito 2.4

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Mencionou uma contribuição das trilhas de aprendizagem para os serviços públicos, porém não estabeleceu relação com o fortalecimento e a qualidade dos serviços prestados.

Conceito 2 – Discorreu, de forma parcialmente adequada, sobre uma contribuição das trilhas de aprendizagem para os serviços públicos, relacionando-a com o fortalecimento e(ou) a qualidade dos serviços prestados, porém não mencionou o aspecto da cultura de resultados.

Conceito 3 – Discorreu, de forma adequada, sobre uma contribuição das trilhas de aprendizagem para os serviços públicos, relacionando-a com o fortalecimento e a qualidade dos serviços prestados, porém não mencionou o aspecto da cultura de resultados **e nem sobre a importância das utilizações das tecnologias digitais.**

Conceito 4 – Discorreu, de forma adequada, sobre uma contribuição das trilhas de aprendizagem para os serviços públicos, relacionando-a com o fortalecimento e a qualidade dos serviços prestados, mencionando o aspecto da cultura de resultados **e a importância das utilizações das tecnologias digitais.**

PCI Concursos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP) - POLÍCIA FEDERAL

CARGO 14: TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Prova Discursiva

Aplicação: 29/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1) A incorporação das mídias digitais na comunicação interna representa mais do que uma simples modernização de ferramentas: trata-se de uma mudança profunda na forma como a comunicação se estrutura e se posiciona dentro das organizações, movimento que exige que a comunicação interna seja vista estrategicamente, ou seja, como parte essencial do planejamento organizacional, contribuindo diretamente para os objetivos da empresa e influenciando o comportamento dos colaboradores. Essa transformação ocorre, porque as mídias digitais facilitam a circulação horizontal de informações, o que diminui a dependência dos canais tradicionais e das figuras de autoridade para o acesso a dados relevantes. Como resultado, ocorre uma quebra nas barreiras hierárquicas convencionais, o que impacta diretamente a cultura organizacional. Nesse sentido, a distribuição mais equitativa das informações pode subverter a hierarquia estabelecida: em alguns casos, um empregado pode ter mais conhecimento atualizado do que seu próprio gestor, o que representa uma mudança no modelo de autoridade tradicional, podendo provocar um deslocamento do poder baseado na posição formal para um poder baseado no acesso à informação e na capacidade de colaborar.

2) O compartilhamento de informações, no ambiente interno das organizações, é uma das mudanças mais significativas trazidas pelas mídias digitais e representa um desafio cultural tão importante quanto tecnológico. A internalização da lógica do compartilhamento é vista pelos teóricos da área de comunicação organizacional como um passo essencial para que a comunicação interna avance e se beneficie plenamente do potencial colaborativo das mídias sociais.

Essa lógica baseia-se na ideia de que, em vez de controlar rigorosamente o fluxo de informações, a organização deve incentivar uma cultura de abertura e solidariedade na disseminação do conhecimento. Um dos maiores desafios para essa mudança é a superação da chamada “neurose por controle da informação”, ou seja, a cultura enraizada em muitas organizações de que o conhecimento é poder e, portanto, deve ser guardado e protegido.

No entanto, quando a lógica da colaboração é verdadeiramente incorporada, os benefícios multiplicam-se. A comunicação passa a ser vista como uma via de mão dupla, na qual líderes e liderados aprendem e ensinam em conjunto.

Outro benefício é a agilidade na tomada de decisão, uma vez que os dados estão mais acessíveis e o conhecimento é compartilhado de forma dinâmica.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Impacto da incorporação das mídias digitais na comunicação interna sobre a cultura organizacional e as relações de poder dentro da organização

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Apenas mencionou de forma superficial a incorporação das mídias digitais na comunicação interna, sem, entretanto, abordar o seu impacto na cultura organizacional e nas relações de poder dentro das organizações.

Conceito 2 – Abordou, de forma parcialmente completa, a incorporação das mídias digitais na comunicação interna, tendo explicado adequadamente o impacto apenas na cultura organizacional ou apenas nas relações de poder dentro das organizações.

Conceito 3 – Abordou a incorporação das mídias digitais na comunicação interna, tendo explicado o seu impacto tanto na cultura organizacional quanto nas relações de poder dentro das organizações, mas cometeu algum equívoco conceitual.

Conceito 4 – Abordou adequadamente a incorporação das mídias digitais na comunicação interna, tendo explicado, de forma correta e completa, o seu impacto tanto na cultura organizacional quanto nas relações de poder dentro das organizações.

Quesito 2.2 – Principais desafios e benefícios do compartilhamento de informações no ambiente organizacional, considerada a lógica da colaboração

Conceito 0 – Não atendeu ao solicitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Discorreu sobre o assunto de forma superficial, sem mencionar nenhum dos seguintes aspectos: (i) resistências organizacionais; (ii) culturais e (iii) estruturais; benefícios como (iv) inovação; (v) agilidade; (vi) confiança e (vii) fortalecimento da colaboração.

Conceito 2 – Discorreu sobre o assunto de forma parcialmente adequada, tendo mencionado corretamente apenas um dos aspectos anteriormente enumerados.

Conceito 3 – Discorreu sobre o assunto de forma incompleta, tendo mencionado apenas dois dos aspectos anteriormente enumerados.

Conceito 4 – Discorreu sobre o assunto de forma parcialmente adequada, tendo mencionado corretamente apenas três dos aspectos anteriormente enumerados.

Conceito 5 – Discorreu sobre o assunto de forma parcialmente adequada, tendo mencionado corretamente apenas quatro dos aspectos anteriormente enumerados.

Conceito 6 – Discorreu sobre o assunto de forma parcialmente adequada, tendo mencionado corretamente apenas cinco dos aspectos anteriormente enumerados.

Conceito 7 – Discorreu sobre o assunto de forma parcialmente adequada, tendo mencionado corretamente apenas seis dos aspectos anteriormente enumerados.

Conceito 8 – Discorreu sobre o assunto de forma adequada, tendo mencionado corretamente todos os sete aspectos anteriormente enumerados.

PCI Concursos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP) - POLÍCIA FEDERAL

CARGO 15: AGENTE ADMINISTRATIVO

Prova Discursiva

Aplicação: 29/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O(A) candidato(a) deve discorrer, de maneira coerente e inter-relacionada, sobre a competência de leitura e sua importância para o exercício da cidadania no contexto da era digital.

A leitura desempenha um papel fundamental no exercício da cidadania, sendo ferramenta essencial para o desenvolvimento completo do indivíduo, para a construção de uma sociedade mais consciente e participativa, bem como para a formação de cidadãos críticos e informados. O hábito de leitura fortalece a capacidade de entender textos, avaliar informações e refletir sobre questões sociais, contribuindo para uma participação mais ativa na vida democrática.

Na era digital, a proliferação da desinformação representa um desafio à participação cívica consciente, o que se agrava ainda mais quando os públicos não dispõem de uma adequada competência de leitura, sendo levados até mesmo a descreditar as instituições e os valores democráticos. A diminuição do número de leitores no Brasil é uma realidade que evidencia a necessidade de incentivar a leitura como prática diária, fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade preparada para os desafios do futuro.

Estudos indicam que a prática de leitura desde os primeiros anos da infância gera benefícios cognitivos e emocionais. Essa preparação é crucial para a formação de indivíduos mais atentos, criativos e críticos, características essenciais para o exercício da cidadania de maneira plena. No contexto da sociedade, é preciso que os cidadãos saibam detectar a natureza dos interesses envolvidos no conteúdo que acessam, com vistas a consumir e partilhar informação na qual possam confiar, para que participem ativamente do debate público e tomem decisões informadas e esclarecidas.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1

Conceito 0 – Não atendeu ao tipo textual dissertativo-argumentativo.

Conceito 1 – Atendeu ao tipo textual dissertativo-argumentativo em apenas parte da redação, tendo elaborado parágrafo(s) inteiros(s) em conformidade com outra tipologia.

Conceito 2 – Atendeu ao tipo textual dissertativo-argumentativo majoritariamente nos parágrafos do texto.

Quesito 2.2

Conceito 0 – Não se identifica lógica/harmonia nas ideias apresentadas; não se identificam mecanismos de coesão ou esses mecanismos são sistematicamente empregados de maneira incorreta (p. e., ausência de progressão/concordância quanto ao emprego dos tempos/modos verbais, impossibilidade de retomada dos referentes dos pronomes).

Conceito 1 – Identifica-se estrutura textual, embora com dificuldade; há desvios sistemáticos quanto a um dos mecanismos de coesão (p. e., erros quanto aos modos/tempos verbais), mas emprego correto de outros mecanismos (p.e., emprego correto dos pronomes).

Conceito 2 – Identificam-se dois dos aspectos de organização textual, mas não o terceiro (p.e., início e meio, mas não o fim) / há problemas pontuais quanto ao encadeamento lógico das ideias; em geral, os mecanismos de coesão são adequadamente empregados, havendo alguns desvios.

Conceito 3 – Identificam-se início, meio e fim e as ideias são apresentadas de forma harmônica/lógica; os mecanismos de coesão são empregados corretamente (podendo haver desvio pontual).

Quesito 2.3

Conceito 0 – Não abordou o tema ou apresentou abordagem que o contradiz.

Conceito 1 – Tangenciou o tema, limitando-se à abordagem isolada de um dos aspectos que o compõe (competência de leitura, exercício da cidadania, era digital).

Conceito 2 – Desenvolveu parcialmente o tema, abordando apenas dois de seus aspectos.

Conceito 3 – Desenvolveu parcialmente o tema, abordando todos os seus aspectos, mas de maneira mediana, com argumentação parcialmente consistente.

Conceito 4 – Desenvolveu integralmente o tema, abordando todos os seus aspectos, com argumentação consistente, tendo demonstrado a importância da competência de leitura para o exercício da cidadania na era digital.